

VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
UFSCAR - 14 A 17 DE NOVEMBRO DE 2018

PROPOSTA DE MINI-CURSO

1. NOME DO CURSO: Abordagem do Ciclo de Políticas na Educação Especial: Governos Lula, Dilma e Temer (2008-2018)

2. CARGA HORÁRIA

6 horas

3. CATEGORIA

- Introdutório
 Intermediário
 Avançado

4. PROPONENTE

Nome: Samuel Vinente da Silva Junior
Nome: Márcia Duarte Galvani

5. POPULAÇÃO ALVO:

Estudantes da graduação e pós-graduação, bem como profissionais da área de educação, direito, saúde, ciência política, sociologia, serviço social e áreas afins que possuam interesse e familiaridade com o tema.

6. OBJETIVO(S):

- Analisar a política de Educação Especial implementada nos Governos Lula, Dilma e Temer (2008-2018) sob a ótica da Abordagem do Ciclo de Políticas;
- Situar cronologicamente os acontecimentos históricos, políticos e legais dos dispositivos sobre Educação Especial e suas implicações para o trabalho pedagógico;
- Compreender e analisar a Abordagem do Ciclo de Políticas proposta por Stephen Ball e Richard Bowe com foco na realidade brasileira.

7. EMENTA

Estado, Políticas Públicas e Educação. Políticas de Estado e de Governo. Abordagem do Ciclo de Políticas. Legislação educacional. Reformas educacionais. Governos Lula, Dilma e Temer.

8. METODOLOGIA DE ENSINO

O curso será conduzido em três dias, com carga horária de 6 horas. No primeiro momento, será apresentada aos participantes a proposta das atividades que serão desenvolvidas durante os três dias, bem como os conteúdos que serão trabalhados. O período delineado refere-se aos últimos 10 anos, considerando a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) aos dias atuais.

Durante o primeiro dia, por meio de aula expositiva e dialogada serão apresentados aspectos da Abordagem do Ciclo de Políticas e suas implicações para a política de Educação Especial. Serão apresentados os conceitos: (a) Contexto da Influência; (b) Contexto da produção de texto; (c) Contexto da prática; (d) Contexto dos resultados (efeitos) e; (e) Contexto da Estratégia Política. Serão trabalhados também os conceitos de

Políticas de Estado e de Governo para introduzirmos uma análise acerca da política de Educação Especial durante o período final do Governo Lula (2008-2010).

No segundo dia serão revisados alguns conceitos apresentados anteriormente para darmos início ao debate e discussão sobre a política de Educação Especial implementada pelo Governo Dilma. Será dado destaque ao Decreto n. 7.611/2011 (BRASIL, 2011), à Lei n. 12.796/2013 (BRASIL, 2013), ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e à Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

No último dia serão discutidas com base na Abordagem do Ciclo de Políticas algumas das reformas educacionais e sociais realizadas durante o Governo Temer. Serão apresentados e discutidos os seguintes tópicos e suas implicações para a política de Educação Especial: (a) Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2016); (b) Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017); (c) Mudanças nas regras do Benefício da Prestação Continuada (BPC); (d) Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista.

9. NÚMERO DE VAGAS:

40 vagas

11. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, M. A. S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set., 2010.

ALMEIDA, H. B. Laerte: diário do golpe e do retrocesso. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*. São Carlos, p. 157-164, 2016.

AUGUSTO, M. H. O. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 105-119, jul./dez. 1989.

BALL, S. BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S.; MAINARDES, J. (Org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 04 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 09 set. 2017.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08 jul. 2017.

FERRARO, A. R. Neoliberalismo e políticas sociais: a naturalização da exclusão. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 45, n. 1, p. 99-117, 2005.

HARLOS, F. E.; DENARI, F. E.; ORLANDO, R. M. Análise da estrutura organizacional e conceitual da Educação Especial brasileira (2008-2013). *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 4, p. 497-512, out./dez., 2014.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, abr./jun., p. 137-160, 2005.

LAPLANE, A. L. F.; CAIADO, K. R. M.; KASSAR, M. C. M. A relações público-privado na Educação Especial: tendências atuais no Brasil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, jul./set. p. 40-55, 2016.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. *Interface*. Porto Nacional. n. 5, p. 49-54, 2012.

MAINARDES, J. A Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise das políticas educacionais. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr., 2006.

MELO, A. A. S.; SOUSA, F. B. S. A agenda do mercado e a educação no Governo Temer. *Germinal: marxismo e educação em debate*. Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez., 2006.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo às políticas de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação e Sociedade*. v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun., 2011.

SANTOS, T. S. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, jul./dez., p. 170-198, 2001.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez., p. 20-45, 2006.

SPERANDIO, R. S; MUNIZ, A. C. H. N. Paradigmas positivistas nas reformas educacionais do (des)governo Temer: Do Escola sem partido ao Novo Ensino Médio. *Germinal: marxismo e educação em debate*. Salvador, v. 9, n. 3, p. 211-219, 2017.